Novas colônias e novo colonialismo do século XVII

Wolfgang Lenk*

Os primeiros ensaios do entornamento europeu situam-se no século XVI, com o início do tráfico oceânico e da colonização. O século da conquista do mundo pela Europa, entretanto, é o século XVII. Porque foi o século da colonização por excelência e da expansão econômica da Europa. Quando os oceanos se transformam em estradas. Estradas européias.[1]

A história da expansão européia durante o século XVII é marcada pela entrada de povos não-ibéricos nos espaços reclamados a castelhanos e portugueses pelo Tratado de Tordesilhas.

Os holandeses, com a fundação da *Vereenigde Oost-indische Compagnie* (Companhia das Índias Orientais, ou *VOC*) em 1602, unificaram suas empresas no Oriente e iniciaram a conquista das redes comerciais asiáticas; até 1609, primeiro ano da Trégua de Doze Anos com a Espanha, a VOC lançou uma ofensiva agressiva sobre os portugueses na Índia e no Ceilão. Em 1619 estabeleceram sua posição central em Batávia, na ilha de Java. Em 1624 operavam a partir de base em Formosa, competindo com o núcleo português em Macau. A partir de 1639 obtiveram o monopólio do comércio com o Japão, via Nagasaki. Málaca foi tomada em 1641, e o Ceilão português caiu na década seguinte, com a conquista de Colombo em 1656. Cochim, no sul da Índia, caiu em 1663. No Cabo da Boa Esperança, os flamengos estabeleceram um povoamento em 1652. No Atlântico, depois de larga experiência de pesca e pirataria, os holandeses iniciaram sua investida colonial com a fundação da *West-Indische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais, ou *WIC*) em 1621. Dois anos depois estabeleceram uma base na baía do Hudson, Nova Amsterdam. Em 1624, tomaram a cidade de Salvador dos portugueses, mas para perdê-la um ano depois. Com os lucros da captura da frota da prata espanhola em 1627, a WIC organizou uma nova expedição ao Brasil, e ocupou Pernambuco entre 1630 e 1654. Em 1632 estavam em Curaçao e São Eustáquio. A partir de 1635 começam

* Mestre em História Econômica e Doutorando em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

1 Eduardo D'Oliveira FRANÇA. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 30.

as expedições à Guiné, que levam à ocupação de São Jorge da Mina, na Costa do Ouro. Ocuparam Luanda entre 1641 e 1648.

Os ingleses, embora organizados em uma companhia para comércio com o Oriente desde 1599, não obtiveram o mesmo sucesso que os holandeses no Oceano Índico. Ainda assim, a *East India Company* aliou-se com o Império Mughol na Índia e obteve privilégios no comércio de Surat. Recebeu Madras (no sudeste indiano) em acordo com o Rei de Golconda em 1643 e Bombaim como parte do dote de casamento de Catarina de Bragança, em 1660. Fundou Tellicherry, na Costa do Malabar, em 1683 e Calcutá, no delta do Ganges, em 1690. Na América do Norte, os ingleses ocuparam toda a costa atlântica e nela estabeleceram diferentes colônias: a Nova Escócia e a Terra Nova, com portos de apoio à pesca estabelecidos desde o século XVI; a Nova Inglaterra, povoada desde 1620 sob a tutela de companhias como as de Plymouth e da Baía de Massachusetts, onde se estabeleceram as colônias religiosas de Rhode Island, Connecticut e Nova Hampshire; a Virgínia, iniciada em 1606 por uma companhia privilegiada, massacrada em 1622 e governada pela coroa britânica a partir de 1624; as colônias do Sul, as Carolinas e a Geórgia, colonizadas a partir do último quartel do século XVII. No Caribe, os ingleses ocuparam Barbados em 1625, as "ilhas de sotavento" Nevis e Monserrat em 1632 e a Jamaica em 1655. Santa Helena foi ocupada em 1652.

Apesar das diversas companhias criadas para o comércio oriental, os franceses não conseguiram aí os mesmos sucessos dos holandeses e ingleses. A estratégia francesa, desde 1643, de fazer da ilha de Madagascar o seu centro de operações não obteve resultados. Entre 1664 e 1675, com Colbert, renovaram-se os esforços sobre o Índico, mas não se conseguiu mais do que algumas viagens bem sucedidas e duas feitorias, em Pondicherry (em Golconda) e Chandernagor (em Bengala). No Caribe, São Cristóvão foi divida com os ingleses desde 1625 até lhes ser entregue em 1713. Guadalupe e Martinica foram ocupadas em 1635, São Bartolomeu e Maria Galante em 1648. Na África, os franceses não deixaram de buscar o seu quinhão e chegaram a estabelecer feitorias no Cabo Verde, Senegal, Gâmbia e no Cabo da Boa Esperança. Foi, contudo, a ocupação da parte ocidental de São Domingos (o atual Haiti), em 1697, que marcou o início do melhor período da participação francesa no comércio atlântico.

Mesmo dinamarqueses obtiveram controle de ilhas no Caribe (São Tomás, São João e Santa Cruz) e feitorias na África, enquanto suecos iniciaram companhias de comércio colonial

no extremo norte americano. Embora as posições destas nações fossem muito mais modestas, está claro que, no poente do século, as colônias eram alvos privilegiados da política interestatal. O domínio ibérico sobre os oceanos estava acabado — sua representação formal, o Tratado de Tordesilhas, perdera completamente a efetividade; em 1609, o diplomata holandês Hugo Grotius elaborava o princípio da liberdade dos mares (*mare liberum*).

Apesar dessa impressão de "congestionamento" dos mares por embarcações européias, aparentemente não há ruptura na trajetória tecnológica da navegação transoceânica. O desenvolvimento do casco não venceu seu maior desafio, o combate à craca e ao gusano[2]. A mastreação evoluiu de maneira igualmente paulatina ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, sem grandes rupturas de inovação; do contrário, eram comuns embarcações com mastros altos demais que adernavam em demasia e se vergavam pela pressão dos estais (cabos de sustentação dos mastros). Houve melhoramentos no cálculo da latitude, mas a leitura da longitude continuava um problema insolúvel, campo de pitorescas experiências de um pensamento científico em gestação. A grande virada nas técnicas de navegação só ocorreria com a produção em larga escala de cronômetros marítimos, no século XIX: até então, "achava-se terra antes mesmo de procurá-la"[3].

Entretanto, as embarcações européias mais usadas não eram as mesmas. A partir de 1595 as *fluyts* holandesas começaram a infestar as rotas de navegação. Desenhadas especialmente para a eficiência no transporte: seu casco era arredondado, mais longo e raso, quase chato no fundo, de forma a potencializar a razão da carga no deslocamento; as velas e o cordame eram mais simples, o que reduzia em até metade a tripulação mínima. As *fluyts* eram frágeis e desajeitadas, mas estabeleceram um padrão de lucratividade no transporte apenas incrementado com a invenção dos cascos metálicos, durante o século XIX[4]. Se é possível encontrar outras evoluções nos navios seiscentistas, estas serão de caráter bélico: elevação do castelo de popa (com superioridade na abordagem) e incremento da artilharia. Entrementes,

2 A craca é um crustáceo que vive em uma pequena concha em forma de vulcão e que adere ao casco e entrava o leme; gusano é o nome genérico que se dá aos vermes que devoram a madeira das embarcações (Cf. George V. SCAMMELL. "European seamanship in the great age of discovery", In: *The Mariner´s Mirror*, n. 68, 1982, p. 357-376).

3 *Id., ibid.,* p. 373; Cf. E. E. RICH & C. H. WILSON. *The Cambridge economic history of Europe*: v. IV, the economy of expanding europe in the sixteenth and seventeenth centuries. Cambridge: Cambridge University, 1967, p. 214; Frédéric MAURO. *Nova história e novo mundo*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 101;

4 Jan de VRIES. *The economy of Europe in an age of crisis, 1600-1750*. Cambridge: Cambridge University, 1976, p. 117. Conforme Jonathan ISRAEL, "inovações técnicas e no desenho (*design*) foram então cruciais para a formação da supremacia holandesa na navegação; mas não eram do tipo de inovação que deriva de tecnologias avançadas que faltavam aos outros. Simplesmente as circunstâncias peculiares da situação holandesa favoreceram um grau mais elevado de racionalização e especialização do que prevalecia em outras partes. A própria falta de grandes mercadores ajudou à construção de um vasto e amplamente baseado estoque de embarcações. Isto significa que era preciso encontrar novos meios de financiamento para

deve-se notar que pela primeira vez as embarcações eram especializadas para funções mercantis ou militares.

Procure-se nas finanças os novos instrumentos desse renovado ímpeto europeu sobre os oceanos. Houve uma difusão de facilitações do comércio de longa distância em geral: os bancos públicos, concebidos na Itália renascentista, apareceram em toda a Europa a partir de 1610 (o *Amsterdam Wisselbank* foi fundado em 1609), ampliando as operações de endosso e desconto de letras de câmbio. Mas estas são práticas que apenas se generalizariam no século XVIII[5]. O financiamento da produção colonial também evoluiu a ponto de se tornar estratégia importante de competição colonial no século XVIII; mas isto nos parece mais conseqüência do que causa da expansão[6]. Porém, deve-se destacar a contribuição holandesa para o desenvolvimento das finanças: os papéis de participação na propriedade de embarcações, a emissão de *bonds* das municipalidades e províncias, a comercialização de estoques futuros. Novidades que vinham não apenas facilitar o comércio e seu financiamento mas também inaugurar o frenesi do capital especulativo[7].

A grande inovação do financiamento e organização da expansão européia no século XVII foi a companhia privilegiada. Como o capital participava dessa sociedade mediante ações transferíveis, a empreitada colonial foi aberta a uma base ampla de pequenos investidores. O capital da *WIC* em grande parte veio de cidades menores das Províncias Unidas, de corsários e funcionários públicos; gente levada por interesses tão religiosos e anti-espanhóis quando econômicos, a quem Eddy Stols chama de "incipiente burguesia popular e nacionalista"[8]. Mas eram também companhias cujos estatutos eram elaborados em acordo com o Estado ao qual juravam sua vassalagem e do qual recebiam deveres e privilégios. Em geral, recebiam o monopólio parcial ou total do comércio com áreas de extensão variável (as companhias holandesas dividiram longitudinalmente o mundo como fizera o Tratado de Tordesilhas), propriedade das terras coloniais ou direito de distribuí-las a seu critério, isenções de impostos ou direitos especiais para seus diretores.

construção e compra de embarcações" (Jonathan I. ISRAEL. *Dutch primacy in world trade, 1585-1740*. Oxford: Clarendon, 1992, p. 21).

5 *Id., ibid.,* pp. 74 e segs; Frédéric MAURO. *Expansão européia, 1600-1870*. Trad. Maria Luiza Marcílio. São Paulo: Pioneira, USP, 1980, pp. 111-3.

6 Alice Piffer CANABRAVA. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE, 1981, p. 205-215

7 Ralph DAVIS. *The rise of the atlantic economies*. Ithaca: Cornell Univ., 1973, p. 185-6; Jan de Vries, *op.cit.*, pp. 225-6; A especulação sobre bulbos de tulipa (e bulbos *futuros*) atingiu nesta época um patamar inédito de sobrevalorização. Durante a "tulipomania", houve aquele que trocou um bulbo por quinhentos quilos de queijo, quatro bois, oito porcos, doze ovelhas, uma cama e um terno (Isaac ASIMOV. *O livro dos fatos*. Trad. Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 434)

Embora tenham, na maior parte das ocasiões, apresentado resultados financeiros medíocres, pouca durabilidade ou regularidade, as companhias responderam pela organização nacional dos esforços de colonização. Funcionaram como meio de atrair capitais receosos, de impedir a concorrência entre negociantes nacionais, de recompensar as empresas pioneiras na colonização (sempre mais delicadas, por definição). Nacionais, monopolistas, com forte apoio estatal, as companhias coloniais foram o instrumento típico de penetração dos domínios ibéricos pelos países "atrasados" na colonização ultramarina[9].

A fundação de novas colônias européias no novo mundo não foi o único resultado do novo impulso de colonialismo europeu: longe de permanecerem restritas à comunicação com a metrópole, e apesar da política do exclusivo colonial, floresceu nas colônias durante o século XVII a prática do contrabando. Até então, esse era praticado em menor escala; Amaral Lapa nos fala do contrabando exercido por embarcações arribadas em Salvador, com autêntica ou pretextada necessidade de reparos[10]. A partir de 1595, em virtude da guerra de independência contra a Espanha, os holandeses buscaram as salinas naturais da costa venezuelana para abastecer sua indústria pesqueira, desprovida do comércio com Setúbal. Depois da Trégua dos Doze Anos (1609-1621) até 1647, as autoridades de Castela conseguiram impedir a coleta do sal venezuelano e bloquear o comércio de suas colônias com os holandeses em Curaçao. Porém, com o advento da paz e a separação das coroas ibéricas, essa ilha tornou-se um centro do tráfico de escravos para a América Espanhola, recebendo em troca peles, tabaco, cacau e madeira (além de recolher sal nas proximidades, quando o fornecimento português se interrompia). A Jamaica sob os ingleses também se figurou rapidamente como um centro de contrabando, fornecendo escravos e bens manufaturados em troca de um fluxo regular de prata americana. No século XVIII, os ingleses estabeleceram uma colônia madeireira em Honduras, em acordo com a Espanha, que lhe serviria de base menos eficaz para o contrabando, porém mais segura em tempos de guerra[11].

Na América do Sul, o contrabando (particularmente, o contrabando inglês) contou com a cumplicidade do Brasil português. Era realizado em três principais rotas: através dos

8 Eddy STOLS. "Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas", In: *Anais de História do ILHP de Assis*, 1973, p. 47; Israel, *op.cit.*, p. 158. Voltaremos à formação da *WIC* nos capítulos II e IV.

9 Frédéric MAURO, *op. cit.* (1980), p. 110-111; E. E. RICH & C. WILSON, *op. cit.*, p. 224.

10 José Roberto do Amaral LAPA. *A Bahia e a carreira das Índias*. São Paulo: Nacional, 1968.

11 Cf. James LANG. *Conquest and commerce*: Spain and England in the Americas. New York: Academic, 1975, p. 55-7; Frédéric MAURO, *op. cit.* (1980), p. 134.

portugueses em Sacramento, pelo rio Paraguai, até a Bolívia; com os paulistas, que faziam o caminho até Assunção; pelos rios Amazonas, Negro, Cassiquiare e Orenoco[12].

Com o tempo, o contrabando tornou-se mais regular e confiável, ao mesmo tempo em que foi encontrando mais facilidade em burlar o exclusivo colonial. As autoridades espanholas buscaram exercer algum controle sobre esse comércio cedendo permissões e estabelecendo regulamentos a mercadores ingleses nas feiras de Vera Cruz e Cartagena, mas a iniciativa não teve sucesso. O fluxo do contrabando era tal que a moeda corrente na Jamaica e na Martinica era o real de prata espanhol, de modo que a organização das *flotas* americanas tornou-se paulatinamente irrelevante. Mesmo a França proibiu que se levassem peças de ouro ou prata às colônias no Caribe — embora vital para o abastecimento de escravos e gêneros de necessidade das ilhas, o comércio com os ingleses era largamente deficitário[13].

Sendo assim, a Europa de seiscentos derramava-se no mundo. Se poucas foram as rotas descobertas, novas colônias foram fundadas em todos os continentes. Se não era mais segura a navegação transoceânica, o volume dos transportes se desdobrava e redobrava. As viagens e os fretes eram mais baratos, enquanto se aperfeiçoavam a ampliavam os mecanismos de financiamento da expansão. Mas a Europa estava em crise. Se havia mais capital a se jogar pelos oceanos, ao mesmo tempo eram grandes os prejuízos causados pela "crise geral".

Apesar das grandes descobertas dos séculos XV e XVI, da expansão do comércio e da urbanização, a economia européia do século XVII permanecia profundamente baseada no espaço rural[14]. Nessa economia, a mercantilização do produto é esporádica e irregular, resultado dos desequilíbrios naturais do clima e da colheita. Na produção, ao lado de estruturas resilientes do feudalismo, predomina o produtor independente. Mas esse grau de envolvimento da produção com o comércio entrava a expansão deste na independência daquela: nesse regime, o capital é um parasita.

Se é difícil determinar com exatidão o que trouxe à tona tal limite à expansão do comércio — se a crise demográfica, provocada por um mecanismo malthusiano ou pelas guerras e epidemias do século; se a influência direta da Guerra dos Trinta Anos e das

12 *Id., ibid.,* pp. 133-4.

13 *Id., ibid.,* p. 133; James Lang, *op. cit.*, p. 57; Alice Canabrava, *op. cit.*, p. 206.

14 Existe um rico debate sobre a natureza e as causas da crise do século XVII, mas neste trabalho a discussão será restrita àquilo que for de importância para a compreensão da expansão européia. Neste sentido, a interpretação de Eric J. Hobsbawm (levada à frente pelo supramencionado historiados holandês Jan de Vries) será considerada a melhor base de apoio às nossas

instabilidades políticas sobre o comércio; se a inflexão na entrada de prata americana através de Sevilha. Sabe-se, entretanto, que entre 1619 e 1622 a crise se espalhou pelas praças do comércio europeu: houve excesso de estoque, preços desabaram, capitais não se realizaram e foram extintos. Certamente, a expansão do conflito na Alemanha e a queda no influxo de prata agravaram o cenário. Os principados deram início a uma corrida de desvalorizações monetárias. Como conseqüência, o comércio foi atravessado por um vagalhão de desarranjos e rearranjos. Circuitos de valorização foram dissolvidos, e a balança de poder entre as monarquias européias se desequilibrou.

O item principal na agenda do Estado absoluto e do capital comercial passou a ser a mercantilização da produção; como meio de ampliar a base fiscal e o espaço para intermédio (e valorização) mercantil. Como resultado, ergueu-se uma pressão inédita sobre a estrutura produtiva e as relações feudais de propriedade. Essa é a tensão que joga os Estados uns sobre os outros e altera os equilíbrios políticos em todos os espaços. Ao mesmo tempo, é a contradição que determina a reorganização das sociedades e os extremos do espectro de soluções para a crise: de um lado, a vitória da aristocracia e o recrudescimento de relações feudais de apropriação do excedente (como na Sicília, no sul da Itália, na Europa Oriental); de outro, a dissolução de tais vínculos e a abertura de um processo crescente de mercantilização (como na Inglaterra e nos Países Baixos). Entre um e outro extremo, encontraremos a vitória do absolutismo clássico: na França, na Dinamarca, na Suécia, na Espanha e em Portugal (onde as monarquias absolutas não podem se arriscar em interferir na mesma ordem que as constituiu e, se o regime político não se altera, seu poder econômico perde dinamismo).

O avanço na mercantilização da produção depende, portanto, da necessidade e do sucesso do Estado absoluto. Não apenas porque o fisco obrigou alguma transformação da renda em moeda, mas também porque o recuou ou o fortalecimento dos vínculos feudais, somados aos avanços do absolutismo, implodiu a base de sustentação do produtor independente. Entretanto, o sucesso do Estado absoluto também dependeu de sua capacidade de reestruturação de sua base econômica: na medida que logrou dissolver mecanismos feudais, ocupou espaços políticos e ampliou a sua base fiscal, maior foi o capital que lhe foi possível mobilizar. Por conseguinte, maior foi a sua urgência em coordenar a conexão de novos circuitos de valorização, ou de invadir e ocupar circuitos já existentes.

considerações. (Eric J. HOBSBAWM, “The general crisis of european economy in the 17th century”, in: Past & Present, nos. 5 e 6, 1954; Jan de Vries, *op.cit.*).

É com tal preocupação que os Estados se lançam nesse renovado impulso de expansão colonial. Não todos os Estados, nem todos na mesma medida, mas aqueles para onde gravita o capital comercial autônomo. Primeiro a Holanda, que reproduz em suas companhias a divisão do mundo pelos ibéricos e rompe definitivamente o monopólio destes no Oriente e no Ocidente. Depois a Inglaterra e a França, graças às suas vicissitudes internas mas também em função da abertura de espaços proporcionada pelo conflito entre holandeses e ibéricos. Por sua vez, Espanha e Portugal venderam caro a vida de seu monopólio sobre o mundo dos descobrimentos e conseguiram defender muitas de suas posições. Com o tempo, Dinamarca e Suécia também esboçaram suas expansões ultramarinas, mesmo que em proporção muito menor.

Portanto, a expansão européia seiscentista é fruto da crise secular e do *acirramento da competição no sistema interestatal*. De tal maneira, compreende-se os mecanismos mais superficiais desta expansão: a busca pela eficiência e escala nos transportes, a corrida armamentista nas marinhas, o desenvolvimento das finanças. O congestionamento das rotas e o povoamento de novas colônias incita a busca de vantagens na competição e na defesa do exclusivo colonial, ao ponto de despertar o contrabando e a pirataria como políticas de Estado. Resta saber se as novas colônias e as novas metrópoles reorganizam a expansão européia em um novo sistema de colonização.

* * *

Novas colônias e novo colonialismo — continuidade e ruptura. Para encontrar os limites históricos entre o que se conforma e o que se transforma no colonialismo europeu moderno, cabe aqui revisitar algumas das mais importantes interpretações gerais e outras que situam no século XVII a ascensão de uma nova organização da expansão européia[15].

A partir da historiografia do Antigo Regime e dos problemas levantados pelo marxismo (em especial, por Caio Prado Jr.), Fernando Novais compreendeu o Antigo Sistema Colonial em estrutura dialética, posicionando-o no cerne do problema da transição do

[15] Para evitar repetição demasiada e rançosa, considerar-se-ão alguns debates já razoavelmente resolvidos e delineados. De tal maneira, não abordaremos as interpretações que objetivam o mundo colonial como um conjunto econômico autônomo ou um modo de produção particular, uma vez que a realização da produção colonial ocorria na Europa; igualmente ficarão à parte as interpretações extremamente opostas, que desconsideram a exploração colonial como influência na economia européia do Antigo Regime, pois parece óbvio que o esforço colossal pelo fortalecimento das marinhas e pela segurança das colônias não foi em nenhum momento gratuito. Para mais detalhes sobre tais discussões, ver José Jobson de A. ARRUDA. "Colonies as mercantile investments: the Luso-Brazilian empire, 1500-1822". In: James D. TRACY (ed.), *The political economy of merchant empires*. Cambridge: Cambridge Univ., 1991, p. 360-420.

feudalismo para o capitalismo, articulando-o com o papel que nesta representa o Estado absolutista do Antigo Regime[16].

Um dos resultados do paulatino equacionamento dos conflitos gerados na crise da sociedade feudal, o Estado absolutista confundia-se com a figura de seu príncipe soberano. Mais do que um meio político para fins sociais, ele era um fim em si mesmo. Mas em virtude da transformação e expansão da economia mercantil na sociedade européia, o absolutismo (em seu aspecto econômico) manifestou-se cada vez mais nas doutrinas mercantilistas de política econômica, cujos instrumentos de competição tornaram-se os principais mecanismos de acumulação de poder por um Estado nacional. Na medida em que se fizeram valer os limites técnicos da acumulação primitiva de capital, tais instrumentos resumiram-se a estratégias comerciais e disputa extra-econômica de mercados — a medida de seu sucesso, a balança comercial. Finalmente, porém, o mesmo Estado que emergiu das ruínas do feudalismo tornou-se, através do princípio mercantilista, o motor do processo de acumulação primitiva de capital, unificando e ampliando os mercados internos e favorecendo os grupos capitalistas aliados — motor, portanto, de sua própria destruição.

Como parte desse processo, o Antigo Sistema Colonial foi arquitetado de acordo com os objetivos e práticas do mercantilismo: se o comércio foi seu objetivo fundamental, o exclusivo comercial foi seu mecanismo "por excelência"[17]. A exclusividade metropolitana para mercanciar com sua colônia jogava para cima os preços de bens europeus no mercado colonial reservado, enquanto comprimia os preços dos bens coloniais ao seu custo de produção. A conseqüente transferência de excedente econômico para a economia metropolitana tinha, portanto, duas mãos. Como decorrência desse regime de comércio, a produção colonial ficou restrita a diferentes formas de trabalho compulsório, com tendência ao trabalho escravo e preferência pelo escravo africano (uma vez que o tráfico de escravos despontou entre os mais rentáveis dos negócios coloniais e, por si só, alavancou a expansão do escravismo no mundo colonial). As diferentes sociedades coloniais, fossem novas sociedades européias, fossem antigas sociedades submetidas ao jugo europeu, experimentaram diferentes regimes de trabalho compulsório de acordo com as suas próprias

[16] "Se recordarmos agora o que indicamos antes a propósito do capitalismo comercial como fase intermediária entre a desintegração do feudalismo e a Revolução Industrial, o *sistema colonial* mercantilista apresenta-se-nos atuando sobre os dois pré-requisitos básicos da *passagem para o capitalismo industral* (...) Criam-se, assim, os pré-requisitos para a Revolução Industrial – processo histórico de emergência do capitalismo. Assim, pois chegamos ao núcleo da *dinâmica do sistema: ao funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação*" (Fernando A. NOVAIS. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 103-4).

[17] *Id., ibid.,* p. 37.

vicissitudes e as de sua Metrópole. As sociedades coloniais formam-se (ou transformam-se) em função desta estrutura econômica que lhes é atribuída pelas necessidades do regime do exclusivo, princípio de exploração do sistema colonial: destaca-se aqui, em geral, a concentração de riqueza e, em particular, a concentração fundiária, determinadas pela polarização nos termos de troca em favor do setor externo.

Dentro do campo estritamente delineado pelo "sentido da colonização", o que ocorre no século XVII é a expansão do sistema colonial para novos espaços do Novo Mundo[18].

Outra interpretação geral da expansão européia em questão pode ser encontrada na peculiar visão do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. Segundo a mesma, embora a formação do feudalismo significara o desmantelamento da estrutura imperial romana e a fragmentação política da Europa, o cristianismo expandiu-se e solidificou-se de modo que, ao fim da Idade Média, pode-se dizer que existia uma civilização cristã que dava unidade ao mundo europeu. Entre 1150 e 1300, esse "mundo" expandiu-se (geográfica, demográfica e comercialmente) nos quadros do modo de produção feudal, graças às necessidades impostas pelas relações de produção que esse sistema lhe imprimia. Entre 1300-1450, o esgotamento do modo de produção feudal e o estado de instabilidade que o seguiu criou o terreno e a pressão para as mudanças sociais que ocorreriam na Europa a partir de então — em destaque, o desenvolvimento de novos meios de apropriação do excedente baseados na expansão da produtividade e da mercantilização da produção e a formação de máquinas estatais centralizadas.

Importa aqui ressaltar que tanto o desenvolvimento de novas e geograficamente variadas relações de exploração do trabalho quanto o desenvolvimento dos Estados centralizados (com o tempo, absolutistas) careciam da expansão geográfica desse mundo europeu, sendo que é esta necessidade imperativa de expansão e transformação, interna e externa, provocada pelas vicissitudes da crise do modo de produção feudal, que articulam as diferentes regiões e grupos sociais numa totalidade que recebe o nome de sistema-mundo moderno. Portanto, nesse sistema são conceitos chave a divisão internacional das relações de trabalho (das relações de apropriação do excedente) e a balança de poder entre Estados individualizados (sobre os quais não existem normas de coexistência — a segurança de um reside na opressão do outro)[19]. O desenvolvimento do sistema-mundo moderno é *ipso facto*

[18] Cf. Vera Ferlini, *Sergipe do Conde*, op.cit., capítulo 1.

[19] Sobre a "individualização" dos Estados, veja-se a interpretação de Roland MOUSNIER (*História geral das civilizações*: v. 5, os séculos XVI e XVII. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1973).

baseado na desigualdade entre esses Estados, e dentro deles entre regiões e estratos sociais, de maneira que o leva a se organizar em centro, no nível das disputas hegemônicas, periferia e semiperiferia, onde se fazem sentir conseqüências dos conflitos e transformações centrais[20]. A partir desta estrutura, Wallerstein trabalha a dinâmica do sistema através de ciclos de expansão (fase A, pela terminologia de Simiand) e recolhimento (fase B). Ciclos que se entrelaçam e estão no fulcro das ascensões e decadências dos poderes hegemônicos. Para Wallerstein, o período entre 1600 e 1750 representa um desses ciclos: o auge da hegemonia holandesa, como centro do sistema, até 1651; sua decadência e contestação por Estados centrais emergentes (França e Inglaterra) até 1689; finalmente, a disputa pelo estabelecimento de um novo centro hegemônico até 1763, cuja fase de expansão subseqüente responde pela Revolução Industrial e formação do capitalismo contemporâneo.

Segundo esta interpretação, o que se deve esperar nas periferias durante o período de ápice hegemônico (onde se sobrepuseram o final da fase A anterior e o início da fase B; entre 1570/90 e 1630/50) e o longo século de vagaroso crescimento é uma perda de lucratividade nos setores periféricos líderes da expansão anterior. Politicamente mais fracos, os grandes proprietários e investidores da periferia seriam prejudicados pela iniciativa, no centro, de manutenção da produção e do emprego. Se, no curto, o resultado na periferia é a necessidade de expansão da produção e de redução do seu custo, gradativamente a única solução possível desponta como a retirada do mercado de uma parcela da produção. Buscam-se soluções locais de crescimento, contrastam-se as economias das áreas periféricas: “Para as áreas periféricas, portanto, a inflexão regressiva da economia-mundo impõe tanto involução quanto evolução: tanto um declínio aparente na monetarização da atividade econômica quanto a emergência de novos empreendimentos; tanto abandono quanto reestruturação; tanto um declínio quando aprofundamento da especialização do seu papel na economia-mundo”[21].

Com o decorrer da fase B e a crescente disputa entre franceses e ingleses pela posição hegemônica, a guerra pelo controle das áreas periféricas faz-se cada vez mais presente. De um lado, através do conflito aberto e invasão, como na ocupação das Antilhas e nas guerras entre colônias açucareiras. De outro, através da penetração dos mercados sob os quais Inglaterra e França não exerciam domínio direto; o mecanismo chave desta estratégia foi o contrabando,

[20] Cf. Immanuel WALLERSTEIN. *The modern world-system*: v.1, Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. New York: Academic, 1974. Pode-se encontrar um estudo mais recente e aprofundado do sistema-mundo de Wallerstein em Eduardo Barros MARIUTTI. ("Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo", *IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica*. São Paulo: ABPHE, 2001).

[21] Immanuel WALLERSTEIN. *The modern world-system*: v.2, Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750. New York: Academic, 1980, p. 129 [tradução do autor].

que a partir da segunda metade do século XVII escapava mais do controle das metrópoles enfraquecidas.

Eric Hobsbawm, em 1954[22], levantou a teoria de que um novo colonialismo substituiu o que fora praticado por espanhóis e portugueses no século XVI e que ruíra com a decadência da extração da prata boliviana e com a invasão de norte-europeus no comércio com o Oriente. A crise desse colonialismo, segundo o historiador, é uma manifestação da crise do padrão de desenvolvimento capitalista até o século XVI: parasitário na ordem feudal, o capital era incapaz de promover uma revolução industrial e sustentar e expandir, por si só, seus meios de acumulação. Para tanto, era necessário em avanço tal na mercantilização da vida econômica que impelisse a divisão social do trabalho ao aumento de produtividade e, como conseqüência, a força social de trabalho pudesse reorganizar-se em favor da indústria de transformação em detrimento da agricultura. Importava, portanto, a criação de um mercado grande e expansivo de bens e de uma oferta de mão-de-obra livre, abundante e barata. Enquanto estas condições foram inexistentes, o capital buscou potencializar sua realização em negócios "da China", de escala moderada mas com grande lucro por unidade, algo próximo do que Max Weber chamou de "capitalismo aventureiro"[23]. Segundo Hobsbawm, não exatamente em função da irracionalidade do espírito capitalista antes do capitalismo (conforme a interpretação weberiana), mas principalmente porque "uma das dificuldades essenciais do desenvolvimento capitalista em sociedades que mantém a massa da população fora de seu escopo (de modo que não tornam-se vendedores de força-de-trabalho nem sérios compradores de mercadorias) é que na visão de curto prazo os lucros de tipos de produção realmente "revolucionários" são quase menores, ou parecem menos atraentes, do que os de outro tipo; especialmente quanto envolvem grandes investimentos. Christian Dior então parece uma proposta muito mais atraente do que Montagu Burton"[24].

Assim foi o primeiro colonialismo moderno, marcado pelo comércio de especiarias e pela mineração de metais preciosos — escala moderada, grandes lucros por unidade. Os benefícios desta prática, avultados em seus primeiros momentos, estavam sujeitos à exaustão seguida de crise econômica: no Oriente, em razão da acentuada elevação dos custos de proteção do comércio; na América, em razão dos limites técnicos da mineração. Hobsbawm identifica três estágios para esse colonialismo: lucro fácil, crise e, com sorte, prosperidade

[22] Eric J. HOBSBAWM, "The general crisis of european economy in the 17th century", in: *Past & Present*, no 5, 1954.
[23] Max WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Pietro Nassetti (a partir de versão inglesa). São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 26.

moderada. A crise ocorreu entre 1600 e 1610, no Oriente e no Ocidente, acelerando as conseqüências das contradições daquele pré-capitalismo em seus mercados centrais e periféricos, precipitando a economia européia numa era de estagnação generalizada — a "crise geral" do século XVII.

Assim como a crise do "velho colonialismo" catalisou as tensões que levaram à crise geral da economia européia, as saídas para esta crise no Velho Mundo outrossim levaram ao desenvolvimento do novo colonialismo nas Américas. Primeiro, em função do investimento colonial das novas monarquias absolutas e Estados centralizados. Segundo, em função da concentração do poder econômico europeu nas potências marítimas da costa atlântica. O novo colonialismo, muito mais do que o velho, objetivava a complementação da economia metropolitana, fosse via produção de matérias-primas ou matérias de reexportação, fosse via consumo de manufaturados da Metrópole. Daí a fundação das *plantation colonies*[25] e a grande expansão da produção de bens coloniais. O novo colonialismo do século XVII, segundo esta interpretação, não é evolução ou reorganização do primeiro: "O velho colonialismo não evoluiu para o novo colonialismo; ele ruiu e foi substituído por ele"[26].

Por sua vez, o historiador holandês Pieter Emmer prefere considerar a expansão européia para as Américas e para o Oriente como circuitos comerciais diferentes; concentra, então, seu foco na formação da "economia atlântica".[27] Segundo sua interpretação, a organização de economias coloniais produtoras em larga escala de bens tropicais para consumo europeu no século XVII é diferente da mesma organização antes da ascensão da Holanda como potência naval; cada uma constitui um diferente "sistema atlântico". São características do primeiro sistema atlântico, montado pelos ibéricos: a grande participação do Estado em virtualmente todos os aspectos de suas respectivas economias; o problema constante da escassez de transportes, que nunca conseguiu atender à demanda colonial; a insuficiência dos mercados de capital ibéricos em manter afastados investimentos não-ibéricos nos seus impérios coloniais (da qual a presença dos Schetz em São Vicente é exemplo cabal); a incapacidade dos países ibéricos de abastecer totalmente a demanda colonial por produtos manufaturados. Nesse sistema, as metrópoles (Portugal e Espanha),

24 Eric J. HOBSBAWM, *op.cit.,* p. 40 [tradução do autor].

25 Das quais o Brasil seria antecessor relativamente acidental, mais por resultado da atitude dos colonizadores que da Coroa portuguesa (*Id., ibid.,* nº 5, p. 46 e nº 6, p. 62).

26 *Id., ibid.,* no. 5, p. 46 [tradução do autor].

27 Neste sentido, Pieter Emmer segue o caminho inaugurado por Ralph Davis em *The rise of the atlantic economies* (Ithaca: Cornell Univ., 1973).

atuam principalmente como intermediárias entre as economias americanas e européias, de modo que o exclusivo comercial tornou-se o instrumento chave desta política. Ainda assim, aqueles "estrangulamentos" infra-estruturais dos impérios ibéricos incitaram outros povos a buscar suas posições no sistema atlântico, criando "enclaves de desenvolvimento capitalista" por mais que as colônias ibéricas tenham permanecido fora da influência do investimento e da demanda internacional — o melhor exemplo disto é o *asiento* espanhol.[28]

No segundo sistema atlântico, porém, foi cada vez mais difícil efetivar a política do exclusivo, enquanto mais e mais embarcações européias faziam a travessia do Atlântico regularmente: "Apesar do fato de os vários Estados europeus do segundo sistema também haverem tentado dominar o fluxo de produtos e pessoas, o resultado foi diferente pois o capitalismo privado era demasiado resistente, usando a geografia do Caribe e seus fundamentos internacionais, assim tornando impossível a criação de qualquer coisa próxima do exclusivo espanhol ou português"[29].

Pieter Emmer faz esta afirmação baseado na internacionalidade do tráfico de escravos o Caribe (mesmo a *Royal African Company* não logrou exercer totalmente seu monopólio, estabelecido em 1672), na dependência das *plantation islands* de importação de gêneros de consumo (e na grande participação de colonos da Nova Inglaterra no abastecimento desse mercado); na participação de investimentos estrangeiros (holandeses) na produção açucareira das Antilhas. São todas evidências da "avançada natureza capitalista" do segundo sistema atlântico, e da formação de "*market-oriented economies*" no Caribe não-espanhol. Vale dizer, as economias coloniais do segundo sistema atlântico estiveram sob maior influência dos mercados europeus: o investimento respondia às flutuações de preço com mais flexibilidade e, em função disso, flutuava a população caribenha (majoritariamente escrava).[30]

A grande novidade do segundo sistema atlântico, portanto, é a *plantation island*. Tais colônias eram inviáveis nos quadros do primeiro sistema, em virtude de suas supramencionadas limitações ao pleno funcionamento da lei de oferta e demanda; do contrário, dentro do primeiro sistema se desenvolveram a *hacienda* espanhola e a fazenda portuguesa. Ambas não eram capazes de evoluir para uma plantation, pois não eram flexíveis

[28] Pieter EMMER (org.). *The dutch in the atlantic economy, 1580-1880*: trade, slavery and emancipation. Aldershot-GB, Brookfield-US: Ashgate, 1998, p. 14.

[29] "Apesar do fato de que vários Estados europeus do segundo sistema tenham tentado dominar o fluxo de produtos e pessoas, o resultado foi diferente pois o capitalismo privado era muito resistente, e usava a geografia do Caribe e seus fundamentos internacionais, assim tornando impossível a criação de qualquer coisa próxima do exclusivo espanhol ou português" [tradução do autor], *id., ibid.*, p.14-5.

[30] *Id., ibid.,* pp. 13, 15 e 22.

o suficiente para otimizar a alocação de recursos produtivos e maximizar sua rentabilidade. No entanto, com o acúmulo prolongado de prejuízos, a *hacienda* permanecia operante, enquanto a plantation era abandonada.

Pode-se encontrar uma síntese da discussão em dois artigos publicados por Jobson Arruda. Atento para o íntimo relacionamento do sistema colonial moderno com a formação do capitalismo industrial, ele busca reconstruir a dinâmica do sistema a partir do comportamento do capital mercantil nas conjunturas econômicas da Época Moderna[31].

O capital mercantil, por definição, realizava-se na circulação de mercadorias. Seus investimentos eram norteados pela necessidade de potencializar o controle sobre esta circulação; a pequena participação de capital fixo nesse processo estava, em sua maior parte, empregada em navios e armazéns. "Como era próprio ao capital mercantil, buscava-se estreitar o circuito monetário, cujos resultados eram lucros excepcionais, o que, por sua vez, era facilitado pela multiplicidade de oportunidades de investimentos".[32] Como capital mercantil, resistia ao máximo em alargar seu circuito de valorização para dentro do processo produtivo, temeroso por sua volubilidade.

Sob esta lógica, a prática da colonização evitou onde pôde o envolvimento muito profundo com a produção — segundo o modelo clássico de colonialismo mercantilista, as colônias são centros fornecedores de produtos exóticos de grande aceitação internacional e consumidores de produtos reexportados pelos comerciantes do Reino[33]. A metrópole desponta nesse modelo como nação mercantil, intermediária entre a Europa e suas colônias, monopolista e monopsonista perante as mesmas; assim como se entitulava D. Manuel I: o príncipe mercador. O surgimento de um novo padrão de colonização no último quartel do século XVIII, no seio do sistema colonial mercantilista, transformará fundamentalmente o papel econômico exercido pelas colônias, antecipando as formas de pacto colonial do século XIX. Elas passam a fornecer alimentos e matérias-primas para a nascente sociedade industrial metropolitana, enquanto se transformam em mercados privilegiados para os produtos industrializados da mesma.

31 "(...) a era do capital mercantil corresponde ao período de formação histórica do capitalismo", afirma Jobson Arruda, reforçando sua interpretação com a influência direta de Fernand Braudel (José Jobson de A. ARRUDA. "Exploração colonial e capital mercantil". In: Tamás SZMRECSÁNYI (org.), *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 1996, p. 220).

32 *Id., ibid*., p. 221.

33 José Jobson de Andrade ARRUDA, "Decadência ou crise do império lusobrasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII" in: *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais: Câmara Municipal, 1998, vol 3, p. 225.

Entre o antigo e o novo padrão de colonização, Jobson Arruda dialoga com o "novo colonialismo" de Eric Hobsbawm e o "segundo sistema atlântico" de Pieter Emmer. Não lhe faz sentido, todavia, caracterizar a prática colonial do século XVII como um novo sistema ou um novo colonialismo, uma vez que as traves mestras do mercantilismo continuam sólidas na realidade. Em sua opinião, portanto, a diferença está na seguinte observação:

> A partir da expulsão dos holandeses do Brasil e sua transferência para as ilhas do Caribe, rompe-se o monopólio da produção, tendo início uma fase de competição acirrada entre as metrópoles e entre as próprias colônias. Cresce a importância das colônias na definição da política mercantil metropolitana, ao mesmo tempo acelera-se a internacionalização do capital mercantil, que passa a buscar o lucro independentemente dos limites nacionais ou imperiais.[34]

Pode-se dizer, sinteticamente, que dentro do antigo padrão de colonização, o "modelo clássico" de colonização mercantilista, distinguem-se dois momentos conjunturais: a época dos monopólios ibéricos, até 1640/50, e a época da competição colonial, até 1760/80. São diferenças, alerte-se bem, "mais de grau do que de conteúdo": grau de eficácia do exclusivo comercial, grau de internacionalização do capital mercantil, grau de importância e difusão da produção colonial (que deixa o exotismo para aderir ao cotidiano europeu). Por mais que a estrutura do sistema colonial permanecesse inalterada, a conjuntura era outra; impunha novas e diferentes necessidades estratégicas ao poderes coloniais da Europa do século XVII.

* * *

Entre a reprodução do sistema mercantilista em novas colônias e o novo colonialismo do século XVII existe um problema de continuidade e ruptura. Cabe aqui buscar o ponto de fuga entre suas diferentes formas de interpretação.

De primeira, ressalte-se que o sistema colonial mercantilista continua, no extremo, o instrumento mais poderoso de explicação dos móveis da expansão européia até a revolução industrial e a ascensão do liberalismo econômico. Seria um erro supor que o florescimento do contrabando, por exemplo, tenha transformado mais do que a prática superficial do exclusivo metropolitano. Exclusivo e contrabando eram dicotomia integrante do sistema. Tenhamos em mente que tanto o comércio exclusivista como o de contrabando estão inseridos nas políticas dos Estados nacionais da Época Moderna, e assim sendo fazem parte do jogo mercantilista de poder. Ambos perdem seu sentido estratégico com a ascensão do liberalismo. Nesse sentido,

[34] *Id., ibid.*, p. 226.

as diferenças entre o primeiro e o segundo sistema atlântico de Pieter Emmer "(...) surgem mais como diferença de grau do que de conteúdo"[35].

Entretanto, não apenas a essência mercantilista permanece no segundo sistema atlântico como a internacionalidade de suas trocas não é um processo dinâmico e crescente, mas que se inverte conforme Inglaterra e França adotam posturas anti-holandesas. Apesar de oferecer fretes mais baratos, os holandeses não foram capazes de prover as ilhas com a variedade de serviços que lhe eram necessários: seguros, armazenagem, serviços portuários. Como o próprio Pieter Emmer afirma em artigo de 1979: "a escolha entre navios de diferentes nacionalidades e assim entre vários portos europeus para onde vender o açúcar constituiu um luxo rapidamente declinante dos seus plantadores"[36].

Além disso, não existem diferenças sistêmicas entre a *plantation* e a *hacienda*. De um lado, na América portuguesa o financiamento da produção também era fundamental para o dinamismo da economia[37]. De outro, as especificidades das *plantations* caribenhas não penetram seus traços mais marcantes: o escravismo, a especialização, a extroversão[38].

Contudo, existem diferenças além das adaptações técnicas da produção às condições ambientais do Caribe. O absenteísmo e a solvência são maiores na economia do açúcar nas Antilhas e sobrelevam seu aspecto capitalista: "o engenho antilhano tornou-se antes de tudo um negócio, empresa comercial, e não a unidade de colonização propriamente dita. Se esta se realiza é, por assim dizer, 'a despeito do senhor de engenho'"[39]. Já no Brasil, onde os engenhos foram também postos avançados da conquista portuguesa, o peso dos proprietários rurais como elite social, "ligados à terra e enobrecidos por ela", na formação da sociedade foi muito maior.

35 Jobson ARRUDA, *op. cit.* (1998), p. 227.

36 "A escolha entre navios de diferentes nacionalidades, e portanto entre diferentes portos europeus, onde vender o açúcar constituiu para os produtores um luxo em rápido desaparecimento" [tradução nossa]. Pieter EMMER & Ernst van der BOOGAART, "The Dutch participation in the Atlantic Slave Trade, 1596-1650" (1979), in: *The Dutch in the Atlantic Economy, 1580-1880*, op. cit., p. 59.

37 "O crédito, portanto, fundamentou a organização da economia açucareira no Brasil" (Stuart SCHWARTZ. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 179). Isto relativiza o peso da concepção de Celso Furtado da unidade produtiva escravista, dotada de "plena capacidade de autofinanciamento" e subsistente à crises no comércio exterior (*Formação Econômica do Brasil*, op.cit., p. 46.). Voltaremos ao problema do crédito na economia escravista no capítulo quatro.

38 "Se é verdade que o engenho, como latifúndio escravocrata, condiciona em grande parte a estrutura social das áreas açucareiras, verifica-se que a semelhança dos processos de trabalho, da organização da produção, -prende-se ao sistema colonial. Este conjunto de instituições que dá as linhas diretrizes à produção colonial é o mesmo nos seus elementos essenciais na América portuguesa como nas Antilhas" (Alice Piffer CANABRAVA. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE, 1981, p. 245).

39 *Id., ibid.,* p. 246.

A intensidade dos matizes capitalistas da expansão européia são um problema também na ruptura proposta por Eric Hobsbawm. Segundo ele, o "novo colonialismo" apareceu prematuro no Brasil, por conta das iniciativas individuais dos colonizadores do final do século XVI — tratar-se-ia, ao cabo, de um colonialismo "menos capitalista", um exitoso acidente histórico. Apenas com a crise do "velho colonialismo", do comércio de mercadorias de grande valorização unitária, despontaria o comércio colonial de grande escala, complementar ao desenvolvimento econômico (industrial) da Metrópole. Todavia, Hobsbawm falha em notar que essa transformação não esteve estritamente ligada à crise do século XVII. Sua concepção de crise e reformulação do colonialismo aplica-se *também* à formação do complexo açucareiro na América portuguesa durante o século XVI — ela não foi um acidente. Foi o rearranjo do capital comercial português, acumulado no exuberante comércio oriental até a segunda metade do quinhentos, porém expulso de suas rotas por grupos mercantis do próprio Oriente[40].

Não se trata, portanto, de um rearranjo nos moldes da expansão européia causado pela crise geral. Defrontamo-nos, simplesmente, com a contradição essencial do capital comercial autônomo, da formação do capitalismo: a necessidade inescapável de valorização, pois é esta que define socialmente o capital, e a repulsa ao produzir, ao inovar e a todos os riscos que estes implicam. Tanto a crise do comércio português no Oriente, no século XVI, como a crise geral do século XVII (em escala muito maior) desafiam o capital comercial a procurar novos espaços para a sua realização. Foi na expansão colonial que ele, sincronicamente, encontrou seu refúgio e prenunciou sua migração para a esfera produtiva.

Por outro lado, as inovações da expansão européia durante o século XVII são marcas que alteram o sistema colonial em suas práticas, senão em suas características definidoras, para além de 1700. Do mesmo modo, perde-se em não relacionar estas especificidades com as transformações por que passa a economia européia. Esse parece ser o problema da interpretação de Imanuell Wallerstein: tomada por si só, dilui a especificidade das transformações do século XVII (como faz também para a revolução industrial, o que é muito mais grave). Ao permanecer no campo conceitual do sistema-mundo, mantendo-se à margem do específico que há na crise do século XVII, Wallerstein falha em perceber as peculiaridades

[40] O problema da explicação de Hobsbawm para a formação do complexo açucareiro no Brasil não é, portanto, sua imprecisão histórica. Para o problema em tela, pouco interessa se aquela formação foi fruto de iniciativa particular ou estatal-mercantilista, até porque são grupos políticos dificilmente distinguíveis. Isto não escapou ao exame de Vitorino Magalhães Godinho, que descreve a consolidação do complexo açucareiro no Brasil como uma "viragem estrutural" do Império português (*Op.cit.*, p. 197-203).

históricas dos ciclos sistêmicos cuja dinâmica pretende generalizar, naturalizar. Nesse sentido, o campo conceitual da perspectiva do sistema-mundo aproxima-se do físico ou do biológico e limita sua razão como instrumental de apoio à análise histórica; o resultado é uma coletânea de temas econômicos regionais entrelaçados pela distante arquitetura dos ciclos de expansão e recolhimento.[41]

Entretanto, a disposição de novas metrópoles e a fundação de novas colônias, contrapostas à decadência dos impérios ibéricos na Europa e no mundo, parece corroborar com sua afirmação de que estavam abertas oportunidades "tanto para a evolução quanto para a involução". O México é um bom exemplo: depois do arrefecimento da mineração da prata, observa-se ali a crise do sistema do *repartimiento* e o aparecimento de formas assalariadas de exploração. Ao mesmo tempo, incrementa-se o comércio com o Oriente via Manila e desenvolvem-se atividades proto-industriais mexicanas, num impulso de "substituição de importações".[42]

É preciso esboçar um desenho das fronteiras entre ruptura e continuidade. Vimos que a ruptura proposta por Pieter Emmer refere-se mais ao miolo do século XVII, que o segundo sistema atlântico pende novamente para políticas exclusivistas na Inglaterra e na França, de modo que não é ruptura absoluta. Concordamos com Immanuell Wallerstein que há continuidade na estrutura mais geral da economia-mundo, ainda articulada em centros, periferias, e semi-periferias cujas dinâmicas se entrelaçam, mas que existe continuidade no século XVII além da arquitetura do sistema-mundo. Nem foram tantas as mudanças, nem tão poucas as continuidades. Por sua vez, a ruptura entre o velho e o novo colonialismo de Eric Hobsbawm está profundamente envolvida com o desenvolvimento do capitalismo na Europa e a penetração do capital na produção, de modo que foge do escopo da crise geral do século XVII. Estamos ainda diante de um processo de colonização mercantilista, sob a bandeira dos Estados modernos e com o motor do capital mercantil.

Resta-nos que as novidades na expansão européia durante a crise geral emerge do acirramento da competição interestatal, par em par com o apogeu do Estado absolutista. Sendo assim, a melhor aproximação ao problema parece ser aquela proposta por Jobson Arruda. A direção do progresso técnico na expansão ultramarina — a busca de eficiência e

41 Tal crítica ao volume II de *The modern wold-system* pode ser encontrada com mais profundidade em artigo de Jobson ARRUDA, "A crise do século XVII e a consolidação da economia-mundo (1600-1750)". In: *Revista de História*, n. 116, 1984, p.183-192.

42 Cf. Ralph DAVIS, *op. cit*., p. 160-161.

lucratividade no transporte, a preocupação com o corso, a defesa e a soberania nos mares — reflete a nova tonalidade da competição entre as marinhas européias. As praças comerciais inovaram em seus instrumentos financeiros pela necessidade de alavancar seus negócios ou perecer na hierarquia da economia-mundo em crise. Ademais, entre essas inovações destacam-se as companhias privilegiadas: meios de ampliar e coordenar o capital investido num ambiente colonial cada vez mais hostil. O próprio estabelecimento de novas colônias era um meio de o Estado se antecipar ao seu Estado vizinho, num grau muito mais elevado do que fora no século XVI. Onde era inviável a colonização direta, o contrabando aparecia como alternativa de exploração da colônia alheia. Se são diferenças mais de grau do que conteúdo, são também suficientes para transformar a prática da expansão colonial e suas conseqüências para as sociedades do Novo Mundo.

Longe de exaurir o problema, pode-se aqui fazer um exercício de ilustração: revisitar o processo de legalização da aguardente brasileira pelo Estado português. Durante o século XVII, a jeribita tornou-se a principal moeda no câmbio de escravos de Angola. O zimbo, utilizado para esse fim no começo do século, era uma mercadoria muito abundante para sobreviver como moeda. A farinha de mandioca também foi usada no comércio do Atlântico Sul, mas a guerra e as necessidades de aprovisionamento estabeleceram a produção na margens africana do oceano. Em meados do século, os escravos de Angola eram trocados principalmente por panos e moedas de cobre. Com o passar dos anos, a cachaça impôs as suas vantagens: seu valor unitário era substancialmente menor do que o tecido ou o cobre europeu. Portanto, como circuito de valorização, a troca cachaça-escravo era mais segura. A opção panos-escravo ocupava menor volume de transporte, provavelmente, mas exatamente por isso sobrevalorizava uma viagem que nunca deixou de oferecer seus riscos. O resultado desta matemática é pouco surpreendente: enquanto o tráfico negreiro explica o escravismo americano, o tráfico cachaceiro explica o alcoolismo africano.

No Brasil, entretanto, a aguardente representava um artigo de concorrência para os vinhos portugueses e madeirenses, de modo que o comércio cachaça-escravo se desenvolveu à berlinda do estatuto colonial. Na Bahia, sua produção foi proibida e permitida variadas vezes até sua legalização definitiva pelo Senado da Câmara de Salvador em novembro de 1654[43]. No Conselho Ulramarino, porém, a legalização do trato sulatlântico dos jeribiteiros só aconteceu em 1695. “Sob o efeito convergente da queda do consumo no mercados europeus e

[43] *DHAM*: AC, v. 3, p. 275. Voltaremos às proibições da aguardente na Bahia no terceiro capítulo.

da concorrência da Antilhas (para o açúcar), e da Virgínia (para o tabaco), os preços do pau-brasil, do açúcar e do tabaco desabam na segunda metade do século XVII. Nessa conjuntura, exportada como mercadoria de escambo, a cachaça transfere o custo da reprodução dos escravos usados no Brasil para as famílias, as aldeias e os povos africanos"[44].

De tal maneira, o circuito cachaça-escravo internalizava nas colônias o custeio da reprodução da força de trabalho e barateava o financiamento da economia colonial. Muito mais do que um nebuloso sinal de fraqueza e descentralização política da Metrópole da administração colonial, ou de abandono da defesa de interesses mercantis metropolitanos, a legalização do comércio de aguardente pode ser melhor compreendido pelas vicissitudes do acirramento da competição colonial.

[44] Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 310.